A CRISE SISTÊMICA DO CAPITAL: uma interpretação marxiana

Por Júlio Ramon Teles da Ponte*

Resumo: o artigo tem por objetivo apresentar a relação entre os processos de mundialização do capital e de financeirização da economia como decorrentes da contradição central do sociometabolismo capitalista. O propósito é expor algumas conexões entre o capital produtivo e o capital rentista, a fim de explicar a crise do moderno sistema do capital. Partimos da tese segundo a qual a dinâmica do capital está relacionada com a intensa incorporação de novas tecnologias no âmbito da esfera produtiva, sendo captada, de forma análoga, nos ciclos “encurtados” de acumulação do capital rentista.

Palavras-chave: Crise. Capital rentista. Mundialização do capital.

Abstract: the paper aims to present the relationship between the processes ofglobalization of capital and the financialization of the economy arising from the central contradiction of the capitalist sociometabolismo. The purpose is to expose some connections between productive capital and the rentier capital in order to explain the systemic crisis of the modern capitalist system. We start from the proposition that the dynamics of capital is related to the intense incorporation of new technologies in the productive sphere, being captured, similarly, in the cycles "shortened" of the rentier capital accumulation.

Keywords: Crisis. Rentier Capital. Globalization of Capital.

1 Introdução

O fenômeno da globalização vem pelo menos há três décadas seduzindo inúmeras análises na esfera das Ciências Sociais. Parte não desprezível dessas reflexões sobre esse fenômeno foca na perspectiva de conferir prova de validade inconteste à tese liberal da eterna suscetibilidade do homem às trocas no âmbito da economia de oferta. Assim, a globalização aparece como um estágio superior dessa pulsão humana pelo mercado e pela concorrência, inexistindo, para sempre, no homem, quaisquer vestígios que apontem para a potencialidade de uma sociedade comunal-solidária sem o advento do mercado capitalista. O quadro conjuntural do final da década dos anos 80 e início da década dos anos 90 do século passado aparentava conferir validade a esta tese com a supremacia política conservadora, com destaque para os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos da América (EUA), bem como com a derrocada do chamado socialismo real. À época, era visível a queda do império soviético e de seus satélites, considerados, até então, a única forma de socialismo efetivamente existente. Assim, muitos atribuíram aquele momento como o fim da história, a vitória contundente do mercado e do capitalismo sobre o socialismo e o comunismo. Aliado a este fato relevante, inúmeros representantes da nova direita mundial ascenderam aos governos de seus países com o propósito de levar às últimas consequências o projeto de globalização dos mercados.

Neste início de século, mesmo sem se dar ao trabalho de expor uma longa gama de indicadores socioeconômicos, as evidências no que se referem, por exemplo, aos catastróficos índices de desemprego (quase a metade planetária da força de trabalho fora do mercado de trabalho formal), que atinge tanto as economias da periferia como as economias centrais, sugerem pistas de que algo deu errado no propalado projeto global. Com efeito, houve repercussões desse fracasso da hipertrofia do mercado como realizador das necessidades humanas no campo político, inclusive com rupturas ou adaptações de coalizões de centro-esquerda, antes inimagináveis, atestando a incompatibilidade dos pressupostos neoliberais no que se refere à gerência das políticas públicas e às demandas

sociais; fenômeno de ruptura este bem representado inequivocamente na América Latina, sobretudo nos casos da Venezuela, da Bolívia e do Equador.

Então, estabeleceu-se no campo intelectual uma inquietante indagação: o que teria dado errado? Uma vez posta à prova a lei geral do equilíbrio, onde residiriam as causas de seu aparente insucesso? Perante este cenário de múltiplas dúvidas, grande parte do respeitável mundo acadêmico, antes entusiasta da globalização, preferiu tergiversar sobre a incompatibilidade do projeto neoliberal em si, atribuindo o insucesso à incompetência dos governos nacionais em consumar as (contra) reformas necessárias para a adaptação do Estado às diretrizes sob o imperativo da livre-concorrência. Assim, não foi possível lançar bases trans-históricas para o fundamento da razão econômica revertida na ideologia sobre a progressão contínua das relações de troca sob a regência do sociometabolismo do capital. Com efeito, não se fazendo mais possíveis os invólucros de cunho ideológico do tipo globalização, depara-se com a acumulação capitalista em "estado puro", emergindo as contradições imanentes ao movimento do capital na forma de crise do trabalho. Tal perspectiva acena para a possibilidade da imposição de novas regras às relações internacionais de produção, objetivando suprir as necessidades de retroalimentação do capital. Tais medidas, dentro da ordem, não podem ser diferentes do acionamento de incentivos para o revigoramento da acumulação do capital, com consequências ainda mais deletérias para uma fração cada vez maior da humanidade.

Neste cenário, parece que a configuração atual aponta para a necessidade de retorno às contribuições deixadas por Marx ainda no século XIX. De fato, são por inspiração neste legado marxista que surgiram (e surgem) os analistas mais lúcidos do chamado fenômeno da globalização, pelo menos no âmbito das teorias críticas ao capitalismo. Inegavelmente, Marx, a partir de suas contribuições, principalmente, nos seus escritos de crítica à economia política, presentes em "O capital" (MARX, 1996), disponibiliza uma farta munição teórica aos que perseguem, do movimento do abstrato ao concreto, trilhas analíticas para acompreensão dos atuais desdobramentos do sistema metabólico do capital, com destaque para a atual tendência à financeirização da economia mundial e à acumulação rentista.

Cabe, então, aos nossos propósitos investigativos analisar a relação existente entre os processos de mundialização do capital e financeirização da economia, recaindo sobre os circuitos de concentração do capital rentista. Na realidade, essa dinâmica está relacionada com a intensa incorporação de novas tecnologias, não somente no âmbito do capital produtivo, mas, sobretudo, nos desdobramentos dos ciclos "encurtados" de acumulação do capital financeiro.[1] Estes processos de renovação do capital repercutem sobre as relações sociais, atingindo, em especial, as classes trabalhadoras, agora bem mais vulneráveis ao avanço do metabolismo do capital. Com a intensidade da reprodução do capital, há tendencialmente um processo de desmercantilização da força de trabalho, tornando-a crescentemente supérflua na dinâmica da produção da riqueza em geral.

Nessa linha, o artigo se desdobra em três partes, além desta introdução. Na seção 2 são analisadas as conexões entre capital rentista e capital produtivo; na parte subsequente são abordadas as crises do capital e seus reflexos na contemporaneidade, com ênfase na financeirização da economia; por fim, o trabalho traz algumas reflexões sobre as tendências da crise do capital, ora em pleno desenvolvimento, e suas correspondentes consequências sociais para sociedade mundial.

2 Decifrando a Fonte Milagrosa: o capital rentista na teoria do valor marxiana

Já no "Manifesto do partido comunista", de 1848, Marx e Engels (1986) formularam indicações do caráter expansionista do sistema capitalista, cuja marca é a internacionalização de sua volúpia em busca de novos mercados, objetivando potencializar a sua reprodução ampliada. Os autores tratam desse movimento da transnacionalização do capital, no "Manifesto", na seguinte passagem:

> A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais [...] o contínuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrada é profanado [...] A necessidade de mercados cada vez mais extensos impele a burguesia para todo globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em

> toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os Países (MARX; ENGELS, 1986, p. 12).

Ao mesmo tempo, o capitalismo em expansão tende a modificar valores culturais, políticos, jurídicos e religiosos em seu benefício e em escala mundial, não resultando disto quaisquer compromissos essencialmente humanitários. Assim, Marx tinha em mente que se fazia necessário um estudo sistemático e complexo para se chegar às determinações mais profundas do metabolismo do capital. Neste sentido, somente a partir de 1858, ou seja, 10 anos após a publicação do "Manifesto", surgiram os primeiros frutos desta empreitada, em um amplo material de pesquisa que ficou conhecido como "Grundrisse" (MARX, 1999). Em seguida, vieram as obras "Para a crítica da economia política" (MARX, 1982); "Teorias sobre a mais-valia" (MARX, 1978) e "O capital" (MARX, 1986, 1996). São, basicamente, nestas obras em que o autor vai deixar a marca mais significativa de sua trajetória intelectual, sobretudo no que se refere à teoria do valor.

Marx parte da importância do dinheiro como o equivalente geral das trocas no sistema do capital, passando a incorporar uma finalidade em si mesmo como o ente da dominação abstrata. Com efeito, o dinheiro, que na ordem do capital assume a condição de nexo social, ganha autonomia e se constitui como poder social geral. Assim, o poder social do indivíduo pode ser mensurado pela quantidade de dinheiro acumulada. Deste raciocínio, Marx identifica no poder abstrato do dinheiro o embrião das relações impessoais de produção, essenciais para o desenvolvimento da predominância do sistema do capital, uma vez que confere ao metabolismo independência no que concerne às vontades individuais. Com efeito, o fundamento do poder social referido na acumulação do dinheiro implica no embotamento das formas de dominação embasada nos laços pessoais.

Para identificar a raiz do poder abstrato encarnado pelo dinheiro, nosso autor fez uma análise lógico-histórica das trocas, apontando o surgimento do equivalente geral justamente quando da conversão das trocas simples em trocas complexas. Nota-se o esforço analítico de Marx ao investigar os nexos históricos e dialéticos incorporados na análise do surgimento do dinheiro como incorporação do poder social totalizante. Nos limites que interessam a este artigo, será dado enfoque especial à questão dos enlaces entre o capital produtivo e o capital financeiro. As determinações de tal relação não eram, à época de Marx, cristalinas e perceptíveis sob um olhar pouco rigoroso, merecendo uma minuciosa análise na tentativa de torná-las palpáveis, em um cenário "onde tudo aparece de forma invertida" (MARX, 1978, p. 132). O estudo das imbricações entre essas duas formas de capital - rentista e produtivo - é essencial para a elucidação dos desdobramentos atuais acerca do sistema do capital e suas crises, posto que os fenômenos observados na superfície da esfera socioeconômica - tais como a mundialização do capital, o endividamento da maioria das nações, as taxas de juros, enfim, as partes dos eventos observáveis fenomenicamente - são apenas reflexos da totalidade que abrange as relações intercapitais.

Em momentos específicos, Marx abordou a relação entre o capital rentista e o capital produtivo. Em "O Capital", Marx (1986) se dedicou mais especificamente ao capital rentista a partir do Livro Terceiro, Capítulo XXIII, e em "Teorias Sobre a Mais-Valia" (MARX, 1978), no capítulo intitulado "O rendimento e suas fontes". Nestas passagens, Marx deixa claro que a relação entre essas duas formas de capital compõem, conjuntamente à renda da terra, o metabolismo sistêmico do capital. Com efeito, somente de forma aparente ou analítica se pode separar o capital produtivo do capital que rende juros. Marx, no entanto, reconheceu que em suas versões pretéritas o capital rentista atuou de forma autônoma, mas, quando da expansão conferida ao capitalismo como sistema produtor, o rentismo foi incorporado ao metabolismo do capital, consolidando-se como uma de suas partes indissociáveis.

Seguindo a trilha analítica de Marx, no capital produtivo fica patente a relação essencial do sistema caracterizado pelo instrumento de apropriação do trabalho alheio. Nessa esfera, tem-se o fundamento da acumulação do capital por meio da reprodução baseada na dinâmica de valorização da mercadoria. Aqui é onde ocorre a extração da mais-valia que se processa na interação entre capital constante e capital variável; é onde também se verifica a substituição - pela incorporação de novas tecnologias - do trabalho vivo pelo trabalho morto, a partir da tendência crescente da composição orgânica do capital e, consequentemente, do incremento da produtividade. No entanto, Marx percebeu que a esfera da

produção representa tão somente um dos momentos-parte que compõem a engrenagem do metabolismo global do sistema do capital, em que a esfera da circulação se reveste, igualmente, de suma importância para realização da mais-valia.

Na forma de capital comercial, o capital aparece como relação entre pessoas que realizam trocas livremente. A relação social presente na produção entre capital e trabalho não se apresenta aqui de forma visível. Na forma de capital rentista, essas aparências se tornam ainda mais nebulosas. Aparentemente, o banqueiro, ao cobrar juros sobre o dinheiro emprestado, converte-se em uma espécie de usurpador do sistema metabólico do capital, uma vez que opera taxas nos empréstimos bancários dirigidos tanto aos detentores do capital produtivo como também aos demais segmentos sociais, em uma atividade improdutiva meramente especulativa. O capital rentista aparece, desta forma, como uma esfera autônoma, como um ente capaz de gerenciar os movimentos do dinheiro a um preço predeterminado. Tal distorção é desvelada por Marx (1978, p. 132), nos seguintes termos:

> No capital a juros se completa esse fetiche automático, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa 'dinheiro-mercadoria' consigo mesma.

Marx salienta, ainda, que na produção, como na circulação, o capital deve retornar ao seu ponto de partida como dinheiro ampliado. Este retorno é a configuração da reprodução do valor em que há a metamorfose real: “a mercadoria transformando-se nas condições de sua produção e as condições de sua produção novamente em forma de mercadoria”; agora, contendo mais-valia. Desta condição, “a mercadoria transformando-se em dinheiro e dinheiro em mercadoria” e assim sucessivamente, em um processo de reprodução ampliada, sempre retornando aonde principia o movimento, “como dinheiro, como mercadoria ou como forma do próprio processo de produção” (Idem), configurando os ciclos das metamorfoses do capital: capital dinheiro, capital mercantil e capital produtivo (MARX, 1978. p. 133).

Este retorno do capital rumo à sua origem, por sua vez, ocorre como capital rentista de forma autônoma, separado de sua forma assumida no capital produtivo. Na realidade, o banqueiro empresta dinheiro ao capitalista da produção e, somente, nas mãos deste irá circular no processo de produção, retornando como capital dinheiro. Para o capitalista rentista, o dinheiro se faz capital sem passar pelo processo de produção. Como aponta Marx (1978), ele não o tem para gastá-lo, mas para emprestá-lo enquanto capital: o dinheiro apenas troca de mãos. O retorno ocorre quando do pagamento para o banqueiro do empréstimo tomado pelo capitalista da produção, já acrescido dos juros, que nada mais é do que o seu preço.

O capitalista da esfera produtiva, ao tomar dinheiro ou outros valores por empréstimo do capitalista rentista, está comprando o direito de utilização dessa mercadoria (dinheiro) por um determinado período. O banqueiro, por sua vez, aliena o valor emprestado sob título de propriedade, antes mesmo que este entre no ciclo da reprodução tradicional, para, posteriormente, recebê-lo acrescido, de juros, no ciclo D-D'. Nas palavras de Marx (1978, p. 134): “isto significa [...] que se valoriza, se conserva e se incrementa a si mesmo.” Com efeito, tem-se no capital rentista uma espécie de valorização pela incidência do juro, aparentemente, descolado das relações capitalistas propriamente ditas de oposição entre capital e trabalho. O capital aparece no âmbito financeiro como um ente isolado das relações que lhe conferem sentido, quais sejam: as relações sociais; como se o dinheiro “espontaneamente” brota-se de si mesmo. Como afirma Marx (1978,135): “Em D-D' temos a forma do capital desprovida de conceito, a inversão e coisificação das relações de produção em sua mais alta potência.”

O juro aparece nesta dinâmica D-D' como uma espécie de lucro, como uma forma de “mais-valia peculiar”, como uma criação própria do capital dinheiro. Segundo Marx (1978), esta taxa de remuneração do capital emprestado - juro - resguarda relação fundamental com a taxa de lucro médio, formada dos entrechoques da concorrência intercapitalista nos diversos segmentos da economia, embora, como toda mercadoria, o preço do dinheiro posse oscilar periodicamente. Para Marx (1978, p. 136), “já no capital de dinheiro se confrontam apenas duas espécies de compradores e vendedores, procura e oferta”, gozando o rentismo de uma aparente independência, no âmbito da intermediação da mercadoria-dinheiro.

Neste cenário, o capital rentista é, em certa medida, também capital produtivo. Este entrelaçamento entre essas duas formas de capital se dá ao passo que o capital a juros entra na esfera produtiva enquanto “sócio” do capital industrial. Assim, conclui-se que, a partir desta associação

entre os capitais, é viabilizada a reprodução tradicional do capital pelo ciclo D-M-D', que, por sua vez, acaba por alimentar a relação D-D', quando remunera, com parte da mais-valia realizada, o capital rentista. Com efeito, embora criador e criatura se confundam nesta dinâmica, o fundamento da reprodução do sistema metabólico do capital está na produção, mesmo que aparentemente o ciclo se inicie no empréstimo tomado pelo capital produtivo ao capital a juros, em uma relação do tipo D-D.

Na realidade, os movimentos de reprodução do capital produtivo e do capital rentista encarnam um mesmo fim, a saber, o da acumulação, seja esta de natureza produtiva ou rentista. Neste sentido, cabe salientar que o avanço tecnológico, de forma análoga, é incorporado aos dois tipos de capitais, objetivando conferir maior eficácia e velocidade em suas respectivas rotações. No caso do capital produtivo, a incorporação crescente da tecnologia amplia a composição orgânica do capital, aumentando substancialmente a capacidade produtiva instalada. Esta substancial ampliação da produtividade pela incorporação de novas tecnologias se deve à dinâmica de redução do trabalho vivo e à ampliação do trabalho morto. No capital rentista, este fenômeno de incorporação de novas tecnologias ocorre, analogamente, tendo em vista a ampliação da capacidade de captação e disponibilização de moeda corrente e escritural. Com efeito, percebe-se que tanto o capital produtivo como o capital rentista não podem prescindir desse mesmo aporte heterônomo de renovação tecnológica crescente. Pode-se traçar um paralelo dessas transmutações na ordem sistêmica do capital em forma diagramática, nestes termos (PONTE, 2011, p. 114-115):

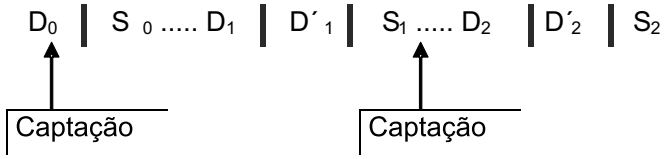
1) A fórmula geral do capital produtivo ou ciclo alongado da acumulação de dinheiro[2]

$$D \Longrightarrow M \Longrightarrow D^{+}$$

D = valor do capital
D_0 = D = valor do capital inicial investido na compra de MPs e FT (composição técnica)
D^+ = capital valorizado (capital inicial acrescido de mais-valia)
$D^+ - D_0$ = mais-valia (lucro)

Objetivo: Obter a maior taxa de lucro possível. A taxa de lucro é a relação entre a mais-valia (lucro) e o capital produtivo investido (D). Ao longo do tempo, o capital inicial torna-se mais-valia capitalizada, ou seja, trabalho não pago decorrente do processo de exploração. Daí, a importância das inovações tecnológicas (reestruturação produtiva) para apressar a produção e a realização de mais-valia, ou seja, encurtar o tempo de produção do valor (e da mais-valia) para acelerar a acumulação de dinheiro através do capital produtivo.

2) A fórmula geral do capital financeiro ou ciclo encurtado da acumulação de dinheiro



D_0 = recursos próprios
S_0 = estrutura institucional -legal inicial para "produzir" serviços de captação, empréstimos e financiamentos. Essa estrutura expressa a composição técnica do capital (tecnologia bancária)
D_1 = disponibilidade para as transações financeiras (empréstimos e financiamentos, compra de ações, de títulos públicos, etc) que corresponde à soma dos recursos próprios mais a captação.
D'_1 = capital financeiro ampliado
$D'_1 – D_1$ = excedente bancário (rentabilidade)

Objetivo: Montar uma estrutura (S) que possibilite captar o máximo de recursos, com o mínimo de recursos próprios (de modo a reduzir os riscos para o banqueiro) para obter a maior rentabilidade possível. Ao longo do tempo, a captação tende a se tornar crescente (o que transfere os riscos de perdas para terceiros) e os recursos próprios paulatinamente sem expressão quantitativa. Daí, a importância das inovações tecnológicas (reestruturação bancária) para apressar a acumulação de dinheiro, ou seja, para encurtar o circuito encurtado da "produção de dinheiro".

No primeiro momento, da reprodução ampliada do capital, fica patente a necessidade da relação entre trabalho vivo e trabalho morto (homem + ferramenta/maquinário) no processo de valorização do capital (M....D = D+). A inovação tecnológica aparece aqui como sofisticação do trabalho morto para a ampliação da produtividade e a crescente eliminação do trabalho vivo. Assim, amplia-se a produção de valor-de-uso, mas o trabalho vivo contido em cada unidade produzida diminui. Com efeito, o sistema metabólico do capital encerra a presença de uma determinação social de subordinação do trabalho ao capital, em uma dinâmica, segundo Marx, que:

> [...] como sujeito onde essas coisas têm sua vontade própria, pertencem a si mesmas e se personificam como poderes autônomos. O capital como pressuposição da produção do capital, não como sai deste processo, mas como existe antes nele entrar, é a oposição onde trabalho está em relação a ele como trabalho alheio e o próprio capital está como propriedade alheia em relação ao trabalho. É a determinação opositiva e social que se exprime nele e que, separadamente do próprio processo se expressa na propriedade do capital enquanto tal. (MARX, 1978, p. 149)

No segundo momento, da reprodução encurtada do capital, há uma relação direta entre D-D', mediada pela estrutura necessária à operacionalização dos serviços bancários. O trabalho morto aqui compõe esta estrutura física em que são realizadas e processadas as operações atinentes ao capital rentista. A inovação tecnológica, neste cenário, objetiva conferir agilidade - em termos de tempo-espaço - para a multiplicação, ad infinitum, das operações bancárias. É nesta órbita de múltiplos giros da retroalimentação do capital rentista que se materializam as possibilidades da profusão da riqueza abstrata ancorada nos cassinos financeiros do capital especulativo. Cabe salientar que essa dinâmica especulativa é inerente ao próprio metabolismo do capital, pois absorve volumes de capitais que, a rigor, seriam introduzidos na esfera produtiva aguçando as possibilidades de crises de superprodução de mercadorias.

Nos circuitos da reprodução capitalista, pode-se encontrar o capital em sua forma latente, na sua forma dinheiro. A posse em si do dinheiro representa a possibilidade de produção de riqueza material. Mesmo afastado do centro da produção da mais-valia, a mera posse do dinheiro encarna a capacidade de vender o dinheiro como capital, representando, de fato, a posse do capital por excelência. Assim, o possuidor de dinheiro engendra, igualmente como capitalista da produção, a possibilidade de apropriação - mesmo que indiretamente - do trabalho alheio, posto que, ao resgatar os títulos das dívidas contraídas pelos capitalistas industriais, está também se apropriando de parte da mais-valia produzida e realizada globalmente pelo sistema do capital.

Nesse sentido, o capital rentista e o capital produtivo compõem uma mesma engrenagem para a reprodução sistêmica. Na prática, contudo, o capitalista da produção recebe sua parcela de remuneração em face do seu trabalho de investidor e coordenador do processo produtivo, enquanto o rentista é aparentemente um mero aproveitador, pois empresta o dinheiro a juros numa atividade não produtiva. Conforme, aponta Marx, esta interpretação é ilusória, uma vez que tanto o capitalista da produção quanto o capitalista rentista são remunerados pela apropriação do trabalho alheio. Marx acena que as eventuais disputas, no âmbito intercapitalista, dão-se em virtude das pretensões distributivas para a apropriação de maiores partes da mais-valia realizada. Nosso autor comenta essas contendas nestes termos:

> O preço de mercado do dinheiro – este é o nome do capital a juros - como capital de dinheiro se determina no mercado de dinheiro como qualquer outra mercadoria, em virtude da concorrência entre os compradores e vendedores, da procura e da oferta. Essa luta entre o capitalista de dinheiro e o capitalista industrial é apenas uma luta pela distribuição do lucro, pela participação que, na partilha, cabe a cada uma das seções. (MARX, 1978, p. 174)

Como aponta Marx (1978), ainda na Idade Média as práticas de empréstimos de dinheiro eram criticadas duramente não somente pela igreja católica; o próprio reformador Martin Lutero se converteu em um árduo crítico de tal atividade. A usura, como era chamada a atividade de empréstimo de numerário, representava deveras a possibilidade de ruína financeira dos tomadores de dívidas; porém, o exercício de emprestar dinheiro

não comprometia a saúde sistêmica do modo de produção feudal, em face do ainda rudimentar processo de troca dos excedentes. A partir da modernização do sistema de crédito, já no capitalismo, houve a institucionalização do empréstimo a juros como elemento de subsídio essencial à esfera produtiva.

No entanto, as severas críticas ao capital rentista se prolongariam ao longo dos séculos, passando pela época de Marx, chegando até os dias atuais. Todavia, donde partem, predominantemente, tais críticas ao capital rentista? Na época de Marx, tais críticas partiam, em geral, da pequena burguesia endividada; e eram recorrentes também nas teses criticadas por Marx dos teóricos Proudhon e Darimon.

Anteriormente, neste artigo, foi exposto como Marx esclareceu a engrenagem composta entre o capital que rende juros e o capital que produz mercadorias. Contudo, hoje, de onde provêm as críticas ao capital rentista? Não é nenhuma constatação original concluir que a gênese da maior parte das críticas ao capital rentista hodiernamente permanece partindo dos pequenos e médios capitalistas, sejam estes da indústria ou do comércio, em virtude de suas incapacidades de operar com recursos próprios. Com a hipertrofia da modernização alcançada pelo sistema de crédito - erguida, sobretudo, a partir da inserção da microeletrônica neste setor -, conseguiu-se ampliar significativamente o acesso a diversas modalidades de serviços financeiros disponibilizados aos múltiplos segmentos da sociedade, inclusive aos pequenos clientes pessoa física. Indiscutivelmente, a multiplicação da oferta de crédito no mercado financeiro mundial levou à contrapartida de um crescente endividamento jamais experimentado em termos de volume de capital. Com efeito, a crítica reduzida direcionada ao capital rentista - realizada em primeira mão pela pequena e média burguesia -, atualmente, engloba o reforço de amplas camadas sociais.

Por seu turno, a crítica de inspiração marxiana incide sobre a totalidade do sociometabolismo do capital, em que as classes representam não mais que as personificações dessa engrenagem cuja base é a reprodução do valor como relação social abstrata e impessoal. Com efeito, a mundialização do capital e a financeirização da economia são expressões do próprio desenvolvimento do metabolismo do capital levado ao seu limite. Como já referiu o próprio Marx (1986, p. 18), “o capital é a potência da sociedade burguesa, que domina tudo. Na configuração social deste metabolismo, o rentista representa uma fração privilegiada desta complexa engrenagem, pois sua atividade exige a mediação/acumulação - na forma crédito - de considerável parte da riqueza abstrata e socialmente produzida. Marx (1986, p. 20) assim define o desempenho social deste agente na sociedade burguesa:

> Poder-se-ia também entender por acumulação do capital monetário – mencionamos isso só de passagem para liquidá-lo rapidamente – a acumulação da riqueza nas mãos dos banqueiros (prestamistas de dinheiro por profissão), como mediadores entre os capitalistas monetários privados, por um lado, e o estado, os municípios e os mutuários reprodutores, por outro; pelo fato de que toda a enorme expansão do sistema de crédito, todo crédito em geral, é explorada por eles como se fosse capital privado. Esses sujeitos possuem o capital e a receita sempre em forma monetária ou em direitos sobre o dinheiro. A acumulação da fortuna dessa classe pode efetuar-se em direção bem diversa da acumulação real; demonstra, porém, em todo o caso, que essa classe embolsa boa parte dessa última.

Todavia, a crítica radical de inspiração marxiana não incide apenas sobre a esfera meramente distributiva. Ela reflete, ao propósito do salto ontológico para o engrandecimento da condição humana, sobre a categoria capital como totalizadora do modo de produção da ordem vigente, apontando sua contradição central e seus potenciais limites históricos podendo orientar a ação coletiva do indivíduo social em uma perspectiva comunal-solidária.

3 A Crise do Capital e a Emergência do Capital Financeiro

Seguindo a análise de Marx, o surgimento do dinheiro como encarnação de todo trabalho humano somente foi possível com a expansão dos movimentos de troca nos primórdios do capitalismo comercial. A mercadoria, neste cenário, não mais reflete multilateralmente seu valor noutra (troca simples - ativo - passivo). Com efeito, surgiu uma forma peculiar e universal de intermediação das mercadorias pela forma dinheiro, revelando ao homem, pela primeira vez, a possibilidade da acumulação monetária como meio de inserção no consumo generalizado do mundo das mercadorias. Pela acumulação do dinheiro, o ser humano pode, agora, possuir o trabalho de outros e se sentir “o dono do mundo”, como infere Marx. Em “O capital”, o autor (1996, p. 103-104) resume essa transformação do equivalente geral, nesses termos:

> As mercadorias, então, sem nada fazerem, encontram a

> figura do seu valor, pronta e acabada, no corpo de uma mercadoria existente fora delas e ao delas. Ouro e prata já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação dos produtos do trabalho em mercadoria, transformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O enigma do fetiche do dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante.

Já nos "Grundrisse", Marx (1999, p. 79) expõe a transformação do ser humano portador de dinheiro como um "sujeito poderoso":

> Por um lado o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais está presente nele enquanto proprietário de valor-de-troca, de dinheiro. Ele carrega seu poder social, bem como o seu nexo com a sociedade no seu bolso.

Com o surgimento da moeda como equivalente padrão, progridiu a possibilidade do surgimento de crise. No sistema de circulação simples (M-D-M) já era potente a emergência de crise, mesmo sem que ainda houvesse o desenvolvimento do capital em sua versão mais complexa. Retrospectivamente, as trocas diretas representavam as intermediações dos parcos excedentes até a Idade Média. Nessas transações comerciais, os atos de troca relativos à demanda e à oferta encerravam-se mutuamente. Em outro momento, surgiu a mercadoria padrão-equivalente (como o gado, o sal e outras mercadorias); no entanto, tal moeda, apesar de se configurar uma forma incipiente de dinheiro, não correspondeu às necessidades históricas com a profusão das trocas em grande escala, sobretudo pelas limitações apresentadas em termos de portabilidade e divisibilidade necessárias para consumação dos intercâmbios em expansão. Já com o surgimento da moeda do tipo padrão-metal, poder-se-ia empreender agilidade aos movimentos de trocas, considerando, inclusive, as suas qualidades intrínsecas quanto ao porte e à divisão. Com efeito, surgiram, igualmente, as possibilidades de retenção/acumulação da moeda do tipo metal; e, com essa possibilidade de acumulação individual do dinheiro, afere-se a potencialidade concreta da emergência das incipientes crises monetárias, sejam expressas por superofertas ou superdemandas. É possível perceber, a partir dessa genealogia do dinheiro, o germe das primeiras crises pela possibilidade da acumulação monetária, em face da possível desproporção acentuada entre os meios de circulação e os valores das mercadorias. A característica fundamental dessa crise é a impossibilidade real de intermediação das mercadorias em circulação.

No escambo, havia uma identidade real entre compra e venda. Com a intermediação pelo dinheiro, há uma separação, em que o tempo-espaço não é necessariamente o mesmo nas transações, podendo ser separados, tanto na venda como na compra. O problema central aqui é justamente na velocidade da movimentação do dinheiro, podendo permanecer proporcional em um dado momento e desproporcional noutro. Há, portanto, uma aparente indiferença entre as esferas de compra e venda. Grespan (1999), com base em Marx, revelou que não é essa aparente indiferença que gera a crise; pelo contrário, a crise é a manifestação de que um polo não se sustenta sem o outro. Os momentos de crise na circulação simples se manifestam quando da ruptura da falsa aparência; então, pode-se concluir que, nestas circunstâncias, a crise depende das relações de autonomia entre os polos de compra e venda. É sob este cenário que afloram os primeiros meios de créditos. O incipiente capital bancário entra em cena como agente neutralizador de tal tensão entre oferta e demanda.

Com o desenvolvimento acelerado do sistema baseado nas trocas, a viabilidade da unidade orgânica entre circulação e produção das mercadorias necessitou de um ente que expressasse tal intercâmbio entre essas esferas coligadas, que, ao mesmo tempo em que permitisse mensurar a quantidade de tempo socialmente necessário embutido em cada mercadoria, fosse, igualmente, aceito social e historicamente pelos membros da comunidade. Com efeito, dadas essas exigências para o fluxo entre circulação e produção, revestiu-se de suma importância o surgimento da forma dinheiro como equivalente geral, encarnando a moeda metálica como a mais pertinente forma de se realizar os intercâmbios baseados no cálculo racional inerente a um sistema baseado no trabalho abstrato.

Em princípio, o dinheiro, como expressão da fluidez das mercadorias, resolveu um problema no que tange à acelerada intensificação das trocas na sociedade capitalista; porém, mesmo encarnando a magnitude do sistema do capital, a forma dinheiro, ao mesmo tempo, começou a emanar situações problemáticas para as quais ainda não se produziram soluções definitivas. Com a autonomia conferida à forma dinheiro, não se pode planejar, de

forma indefectível, a quantidade de moeda necessária para se fazer frente à circulação geral das mercadorias. Com efeito, ao persistir essa dúvida, há a possibilidade imanente de se pôr em xeque a própria "contabilidade" do dinheiro, tendo por consequência o descrédito social dele como equivalente geral. Em um primeiro momento, como tentativa para solução de tal incógnita, o Estado assumiu o controle geral de emissão do numerário adequado a se fazer frente à circulação de mercadorias; no entanto, com a modernização do crédito e das finanças de uma maneira geral, tal controle por parte dos organismos estatais tenderam a se tornar apenas relativo. Passou-se a conviver, então, em um ambiente de constante incerteza acerca da confiabilidade social conferida à moeda.

Subjacente ao incremento da forma do equivalente geral, seguiu-se a evolução do sistema de crédito. A incipiência de tal sistema remonta às práticas do capital comercial, ainda sem a presença do juro nas intermediações de compra e venda. O antigo modelo de crédito do capital comercial era baseado no adiamento do prazo para quitação de pagamentos no ato da aquisição de mercadorias. Assim, permitiram-se as primeiras formas de antecipação de consumo, mediante a ampliação do prazo para a liquidação dos pagamentos. A ampliação das formas de crédito correspondeu à necessidade gradativa imposta pelo incremento do mercado das trocas, como um reflexo da capacidade do homem no sentido da expansão de suas forças produtivas. Com efeito, com a proliferação dos segmentos produtivos fez-se consolidar a crescente divisão técnica e social do trabalho.

Segundo Marx (1986), a proliferação do crédito comercial na circulação de mercadorias fez surgir a primeira forma de dinheiro de crédito. Para nosso autor, a possibilidade do intercâmbio comercial de créditos facilitou sobremaneira a ampliação das trocas. Com este sistema de intercompensações de créditos foi possível um devedor quitar uma dívida com outrem lançando mão de crédito disponível junto a um terceiro. Com a modernização do sistema de crédito, Marx, ressaltou o fato de que, enquanto estiver assegurada, sob determinado equilíbrio, a fluidez da reprodução do capital, o sistema de crédito bancário se mantém estável. Todavia, quando há algum abalo que comprometa esta suposta situação de equilíbrio, aciona-se uma tendência para contração dos créditos no mercado. Segundo Marx (1986, p. 23), o excesso de capital industrial não realizado faz com que, por exemplo, "o fiandeiro que reduz sua produção e tem grande estoque de fio não vendido não precisa comprar algodão a crédito; o comerciante não precisa comprar mercadorias a crédito, porque as que tem são mais que suficiente." Em consonância à tese de Marx, existe uma real conexão entre o setor produtivo e o setor financeiro.

A partir da leitura de Marx, seguindo a trajetória de eclosão dos momentos de crise do metabolismo do capital, em primeiro plano, há a emergência da crise de realização do capital industrial. Em seguida, há uma retração do crédito, posto o refluxo retardado que resulta em preços em queda e mercados saturados. Para Marx, toda crise, em regra, se reflete ou aparece em termos da desproporção entre o consumo e o aumento das forças produtivas. Ao se referir ao surgimento da crise, em uma sociedade formada exclusivamente de capitalistas industriais e trabalhadores assalariados, o autor infere (MARX, 1986, p. 24):

> Imaginemos toda sociedade composta apenas por capitalistas industriais e trabalhadores assalariados. Abstraiamos, além disso, as flutuações de preços, que impedem grandes porções do capital global de se repor em suas proporções médias e que, em virtude da interdependência geral de todo o processo de reprodução, como nomeadamente o crédito o desenvolve, têm sempre de provocar paralisações temporárias gerais. Abstraímos, igualmente, os pseudonegócios e as transações especulativas, que o sistema de crédito estimula. Então, uma crise somente seria explicável por desproporção da produção nos diversos ramos e por uma desproporção do consumo dos próprios capitalistas para com a sua acumulação. Mas, como as coisas são, a reposição dos capitais investidos na produção, depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não produtivas; enquanto à capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada, em parte, pelas leis de salários, em parte pela circunstância de só serem empregados enquanto puderem ser empregados com lucros para a classe capitalista. A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas, em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite.

Com a entrada no cenário do sistema financeiro, a crise só aparentemente toma outra conotação. Como já foi demonstrado, o setor produtivo é o verdadeiro produtor das riquezas, cabendo ao setor financeiro se apropriar de frações da mais-valia socialmente produzida para redistribuí-las, concentrando capital nos segmentos mais dinâmicos da economia. Nesse sentido, os juros,

que em primeira instância é o propulsor do sistema financeiro e referência de incentivo ao setor produtivo, oscilam de acordo com as necessidades de reprodução do capital. Segundo Marx (1986), o capital rentista tem sua oferta expandida quando o capital industrial vai bem. No entanto, ao aflorarem os primeiros raios de crise, há a retração do crédito e os juros sobem; em regra "o movimento do capital de empréstimo, como ele se expressa na taxa de juros, decorre em direção oposta à do capital industrial" (1986, p. 28). Isso se justifica pelo crescimento da inadimplência e pela generalizada quebra de confiança sistêmica. Nas palavras de Marx (1986, p. 28):

> A fase em que a taxa de juros baixa, mas superior ao nível mínimo, coincide com a "melhoria" e a confiança crescente, subsequente à crise, e especialmente a fase em que ela alcança seu nível médio, o meio equidistante do mínimo e do máximo, só esses dois momentos expressam a coincidência entre capital de empréstimo abundante e grande expansão do capital industrial. Mas, no começo do ciclo industrial, a taxa de juros baixa coincide com a contração do capital industrial, e, no fim, do ciclo, a taxa de juros alta coincide com a superabundância de capital industrial.

Seguindo a tese de Marx, o sistema do capital se converte em uma "contradição em processo". Com efeito, as crises tendem a se manifestar continuamente. Em determinada circunstância, percebe-se uma euforia em face da produção aliada ao consumo crescente; no entanto, no período subsequente, emergirá a superprodução de mercadorias com a expansão da esfera produtiva, para além da capacidade de consumo geral da sociedade. Assim, a crise tende a se manifestar, em princípio, no setor produtivo e aportar, em seguida, no setor financeiro. Dessa forma, conclui-se, segundo Marx (1986, p. 29, que "cada um dos elementos que compõem a repetição das velhas crises traz dentro de si o germe de uma crise futura muito mais violenta."

Assim, a crise, uma vez manifestada, aparece agora no setor financeiro como uma crise de pagamentos, ou de liquidez, em que existe a dificuldade de resgate de títulos bancários emitidos (calote). Isso apenas é a reflexão da crise realmente instalada no setor produtivo pelas razões encarnadas pela contradição central do sistema do capital. Como lembra Marx (1986), esses títulos bancários não "honrados" representam, em sua maioria, atividades produtivas realmente efetivadas e não realizadas na circulação. Uma legislação bancária equivocada pode - como bem observa Marx - agravar ou acelerar a crise, mas jamais criá-la ou solucioná-la. Pretende-se, ao remeter a essência da crise de natureza produtiva para outra esfera, tornar a acumulação do capital cada vez mais intocável, lançando uma cortina de fumaça sobre a verdadeira face de sua contradição interna. Marx infere, nesses termos, a contribuição de um sistema de crédito sofisticado, no sentido de encobrir as essenciais determinações da produção capitalista:

> De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo do papel, o preço real e seus momentos reais nunca aparecem nas barras de dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito. Essa inversão aparece, sobretudo, nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do País (...) todo o processo se torna incompreensível (MARX, 1986, p. 29)

Cabe salientar, contudo, que a ampliação do sistema de crédito remonta à época do mercantilismo, inclusive com o financiamento das primeiras grandes navegações e pela intensificação do comércio nas cidades europeias. Com o desenvolvimento tecnológico - na revolução industrial -, o capital a juros tornou-se elemento fundamental para o financiamento da produção, na condição de antecipador de capitais para a aquisição de máquinas e formação de capital de giro. Com efeito, o capital rentista responde por grande parte da impulsão capitalista mundial, financiando, mas também especulando, tendo como parâmetro a apropriação de futuras frações de mais-valia a ser realizadas, como também multiplicando a riqueza abstrata. Na contemporaneidade, tem-se um quadro, a partir das incorporações da microeletrônica e do avanço do setor de telecomunicações, em que são efetivadas incontáveis transações bancárias envolvendo quantias absolutamente inimagináveis. Inúmeras dessas operações - na sua grande maioria interfirmas - são realizadas por intermédio de transferências internacionais, não mais resguardando o antigo lastro com a produção da riqueza material realmente existente originada no setor produtivo; e se avoluma uma incalculável quantia de dinheiro por ano em termos de riqueza abstrata, cuja origem está na fonte milagrosa da reprodução encurtada do capital (relação D-D'), encerrando a gênese dos movimentos especulativos na forma de capital fictício. Marx, já em sua época, preconizava esse tipo de transação que se esvanecia magicamente de sua fonte originária. Marx (1986, p. 11), ao definir capital fictício, em "O capital", resume:

> A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada

em se calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria se, por exemplo, a receita anual de 100 libras seria o juro anual de 2000 libras, e essas 2000 libras são agora consideradas o valor capital do título jurídico de propriedade sobre as 100 libras anuais. Para quem compra esse título de propriedade, a receita de 100 libras representa então, de fato, os juros de seu capital investido a 5 %. Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio e a concepção do capital como autônomo que se valoriza por si mesmo se consolida.

Em seu transcurso histórico, a modernização do sistema de crédito encarnou inúmeros desdobramentos, repercutindo na feição da moeda. Assim, a sociedade conviveu com metamorfoses no mundo mágico do dinheiro. Inegavelmente, a participação do Estado, enquanto gestor das finanças públicas, passou por diversas adaptações no decorrer de tais etapas históricas, objetivando, sobretudo, conter as crises monetárias de credibilidade da moeda dos respectivos países. Uma das políticas relevantes de controle interno da moeda, levada a cabo pelos Estados, foi justamente o controle da taxa de juros aplicados às economias nacionais. Por esse meio, os governos tentam adequar o fluxo da moeda, refreando ou aquecendo os ciclos econômicos, em conformidade com as necessidades apresentadas nas diversas conjunturas históricas.

Uma das formas inovadoras que marcaram a modernização tardia do sistema de crédito foi o surgimento do capital financeiro. Hilferding (1985) foi o primeiro analista a utilizar este termo. Na realidade, o capital financeiro é uma consequência de inúmeras tensões verificadas, ao longo da história, entre produção e circulação. Com a proliferação dos grandes conglomerados, organizados em sociedades anônimas, inúmeros fenômenos emergiram, de forma mais visível, a partir do século XX. Tais fenômenos dizem respeito, sobretudo, à intensificação dos movimentos de concentração e centralização do capital. As ampliações de tais dinâmicas do capital encerram crescentes alterações na medida de tempo-espaço inerente à acumulação ampliada capitalista. A partir deste cenário, tais inovações foram enfatizadas com a crescente presença das formas contratendenciais à tendência decrescente da taxa de lucros, sob as formas de oligopolização, monopolização e o afloramento de trustes. Com efeito, essas metamorfoses fizeram emergir a crescente participação e o controle empresarial por cota de ações. Assim, a personificação do capitalista proprietário foi, aos poucos, substituída pela presença crescente da administração e da contabilidade científicas na direção profissional das grandes empresas monopolistas.[3]

A sofisticação do sistema de crédito com a emergência do capital financeiro acirrou a tendência crescente da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto no âmbito da esfera produtiva, com todas as consequências sociais deletérias atinentes a esta dinâmica, pois os novos desdobramentos desta aliança entre capital industrial e capital rentista proporcionou um crescente afã do capital produtivo em conferir maior incentivo à ampliação de sua capacidade instalada de produção. Tal incremento é realizado a partir do financiamento da renovação tecnológica dos parques industriais, redundando em uma tendente expansão da produtividade a partir da propulsão conferida à composição orgânica do capital.

O avanço da procura pelo capital-dinheiro, necessário para a garantia da manutenção de significativas parcelas do capital produtivo na acumulação geral do capital, impõe o surgimento de incontáveis formas de crédito, inclusive as formas fictícias de financiamento em que emergem modalidades de crédito desconexas do real movimento produtor das mercadorias. Com efeito, o capital financeiro e o capital produtivo apelam, constantemente, para a reconstituição desta conexão entre o capital monetário e o capital produtivo, ou seja, entre circulação e produção, sob pena de esgotamento completo do crédito social da reprodução do próprio metabolismo do capital. Na busca frenética por se restabelecer este elo perdido entre a esfera produtiva e a esfera da circulação, o metabolismo orgânico do capital impõe reedições amiúde de reestruturações técnico-organizacionais e técnico-produtivas às instituições que lhes conferem personificação. Assim, o movimento de subsunção real do trabalho ao capital é realimentado até às últimas consequências, inclusive com a progressiva redundância que vai encarnando o trabalho vivo frente ao maquinário; todavia, no sentido de restabelecer a credibilidade sistêmica, o capital não descarta ofensivas ainda mais desumanas e destrutivas, como por exemplo, o patrocínio/incentivo de conflitos beligerantes entre povos e nações.

4 Conclusão

Com o intenso movimento da acumulação do capital, há uma disputa intercapitalista no sentido de

se apropriar das novas tecnologias disponíveis no mercado, isto aliado a um processo de reestruturação produtiva das empresas de forma ampliada. Neste cenário, os capitais tendem a migrar em busca de novos horizontes para a sua valorização, sejam estes localizados nas mais diversas partes do mundo ou na esfera não produtiva do capital fictício. Dada tal configuração, percebe-se uma tendência à ampliação dos fluxos de capitais entre nações, não somente na esfera propriamente produtiva, mas, sobretudo, na forma de capital financeiro. A crescente intensidade de giros destes fluxos de capitais transnacionais incorporam amplas possibilidades para os movimentos de concentração e centralização do capital de forma crescente. A partir das modernas formas assumidas pelo sistema de crédito mundial, os Estados nacionais, com o fito de "ajustar" as contas públicas, submetem-se - de forma mais ou menos subordinada - ao capital financeiro internacional, contribuindo para ampliação dos seus fluxos intermináveis, encarnados em operações fictícias ou não, avalizando, desta forma, o predomínio desta forma de capital sobre os povos e nações.

Na aparente desordem da atualidade, em que tudo parece não ter sentido, torna-se ainda mais difícil identificar a real determinação da crise do capital, encoberta por um complexo sistema financeiro mundial. Bolsas de Valores interconectadas, redes de bancos internacionais, dinheiro de plástico, fundos de pensão, enfim, uma financeirização econômica em escala mundial; no entanto, mesmo com todos esses circuitos de mundialização do capital, a crise permanece, em última instância, atrelada às causas identificadas por Marx, ou seja, no incremento ilimitado das forças produtivas, encarnando crescentes dificuldades no que tange à realização da mais-valia global e abundantemente produzida.

Neste cenário de crise, o capitalista do setor produtivo lança-se no mercado de crédito no afã de se manter rentável. Nesse sentido, em um quadro de crise generalizada, por excesso de mercadorias disponibilizadas para o consumo, o último refúgio do capital produtivo é a corrida aos bancos, objetivando, inclusive, à reposição do maquinário obsoleto. Assim, a esfera produtiva estimula a dinâmica da reprodução encurtada do capital rentista (D-D'). Caso se projete o momento no qual a insolvência sistêmica, gerada por conta da dificuldade crescente em realização da mais-valia produzida, alcance o patamar capaz de comprometer a liquidez do sistema crédito, poder-se-ia vivenciar um caos econômico de dimensão catastrófica. Ainda é cedo para apontar se a chamada crise financeira global de 2008 representa um prenúncio deste quadro crítico sem precedentes, mas é fato que trilhões de dólares dos Estados das economias centrais e periféricas já migraram para o setor produtivo e financeiro do capital sem que todas as turbulências atinentes a esta contemporânea manifestação da crise sistêmica fossem definitivamente controladas.

Esses processos de tentativas de retroalimentação do dinamismo metabólico do capital repercutem sobre as relações sociais, refletindo deleteriamente sobre as classes trabalhadoras em face da expansão do contingente da força de trabalho crescentemente supérflua. No cenário contemporâneo, tais desdobramentos são reflexos do metabolismo do capital nas diretrizes do Estado capitalista, subordinando-o aos imperativos do capital financeiro como suporte para a garantia do "equilíbrio" sistêmico. Nas economias periféricas, tal subsunção tem reflexos catastróficos, pois se tenta conter a contradição entre o sistema financeiro e sua base monetária a partir da atuação dos bancos centrais, seguindo as recomendações dos ditos órgãos multilaterais. Na periferia, são necessárias taxas de juros elevadas em virtude da necessidade de atrair capitais voláteis em nome do saneamento das contas públicas. Com efeito, as dívidas contraídas a partir da promessa de pagamento por apropriações de parcelas da mais-valia a ser produzida são monitoradas periodicamente aferindo-se o montante acumulado em termos do superávit primário. Estas formas de financiamento das dívidas, quase sempre, limitam a capacidade de investimentos sociais dos países, contribuindo para o alargamento da vala comum dos indigentes do capital.

Nas economias centrais, por sua vez, as chamadas medidas austeras representam essencialmente a prevalência dos recursos estatais drenados ao capital rentista internacional, em detrimento da manutenção da qualidade da seguridade social prestada ao contingente crescente da força de trabalho supérflua para a reprodução capitalista. Tais transferências de recursos para o capital financeiro podem ser traduzidas em uma expressão renovada da socialização dos prejuízos sistêmicos, seguida da privatização dos lucros, conforme os desígnios

estabelecidos pela heterodeterminação da ordem vigente.

Notas:

(1) Capital financeiro foi o termo empregado, em 1910, por Hilferding (1985), cujo objetivo era conceituar a inserção do capital rentista na esfera produtiva, principalmente, por intermédio da aquisição de ações do capital produtivo sob o regime de sociedade anônima. Acerca dessa discussão, serão realizadas abordagens mais detalhadas adiante.
(2) A formulação desse diagrama foi extraída da tese de doutorado intitulada “O trabalho no labirinto do mito da responsabilidade socioambiental: a experiência da cidadania empresarial no Banco do Brasil.” (PONTE, 2011).
(3) Esta tendência, no sentido da substituição crescente da personificação do capitalista proprietário pela ação da administração científica profissional, é ainda mais intensificada pela inserção crescente dos fundos de pensões na economia mundial, principalmente a partir do final do século XX, conforme análise de Chesnais (1996).

Referências

CHESNAIS, F. Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
GRESPAN, J. L. S. O negativo do capital. São Paulo: Hucitec, 1999.
HIFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
MARX, K. Teorias sobre a mais-valia. In: GIANNOTTI, J. A. (Org.). Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
MARX, K. O capital: crítica da economia política. O processo de circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1986. lv II, v. II (Os Economistas).
MARX, K. O capital: crítica da economia política. Processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. lv. I, v. I.
MARX, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (borrador) -GRUNDRISSE. Buenos Aires:Siglo XXI, 1999. t. I, v. II.
MARX, K. Para a crítica da economia política. Lisboa: Progresso Lisboa-Moscovo, 1982.
MARX, K.; ENGELS F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Global, 1986.
PONTE, J. R. T. O trabalho no labirinto do mito da responsabilidade socioambiental: a experiência da cidadania empresarial no Banco do Brasil. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

*** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Professor Adjunto do Departamento de Teoria Econômica (DTE), da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo (FEAAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC).**